



Personificar a Nação: Narrativa Histórica e Escrita Biográfica em Gustavo Barroso

Erika Morais Cerqueira¹

Resumo: O presente artigo objetiva analisar, dentre as diferentes culturas políticas que integravam e disputavam o espaço nacional, alguns aspectos de uma cultura política conservadora no Brasil, acentadamente nacionalista, em grande medida próxima ao fascismo, que teria se configurado nas primeiras décadas do século XX. Neste ponto, nos deteremos sobre a história dos termos patriotismo e nacionalismo, na expectativa de compreender o que eles vieram a significar para os intelectuais brasileiros que empreenderam análises históricas decifradoras da identidade nacional. A investigação se concentrará, especificamente, na obra de Gustavo Barroso (1888-1959), historiador brasileiro que difundiu, sobretudo em sua obra biográfica, uma concepção de nação associada à heroificação de militares, durante os anos 1930.

Palavras-Chave: Gustavo Barroso. Nacionalismo. Cultura Política. Biografia. Militares.

Personify the Nation: Historical Narrative and Biographical Writing in Gustavo Barroso

Abstract: The present article aims to analyze, among the different political cultures that integrated and disputed the national space, some aspects of a conservative political culture in Brazil, markedly nationalist, largely close to fascism, that would have been configured in the first decades of the twentieth century. At this point, we will dwell on the history of the terms patriotism and nationalism, in the expectation of understanding what they came to mean for the Brazilian intellectuals who undertook historical analyzes deciphering the national identity. The research will focus specifically on the work of Gustavo Barroso (1888-1959), a Brazilian historian who disseminated, especially in his biographical work, a conception of nation associated with the heroism of the military during the 1930s.

Keywords: Gustavo Barroso. Nationalism. Political Culture. Biography. Military.

Introdução

Encheram a terra de fronteiras, carregaram o céu
de bandeiras, mas só há duas nações - a dos vivos e
dos mortos.

Mia Couto²

O conceito de cultura política será pensado, ao longo da investigação que se segue, como um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado pela sociedade brasileira, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (MOTTA, 2009). Nesta

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Professor da Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC) e da Faculdade Santa Rita (FASAR).

² COUTO, Mia. Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.



perspectiva, tomaremos as representações como elementos que configuram um conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, e mobilizam, assim, mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma cultura visual (DUTRA, 2002).

A escolha deste conceito, como chave para a interpretação da obra barroceana, reside em sua capacidade de revelar outras dimensões explicativas para os fenômenos políticos, como a força dos sentimentos (paixões, medo), a fidelidade a tradições (família, religião) e a adesão a valores (moral, honra, patriotismo). Cultura política implicaria, assim, a suposição de que pessoas aprovam determinadas representações por serem capazes de lhes oferecer uma compreensão do mundo, ao mesmo tempo em que fornecem identidades às quais se filiar. Refletindo acerca do que o patriotismo veio a significar e mobilizar ao longo da história, parece-nos bastante evidente a necessidade de pensá-lo pela chave da cultura política.

Desenvolvimento

Fernando Catroga, ao delinear os contornos do conceito de patriotismo, aponta que, desde os poemas homéricos, o termo *patris* remete para a terra dos pais, expressão que denotaria tanto o enraizamento, quanto a fidelidade a uma terra e a um grupo, marcado por uma herança comum, quer seja real, ou fictícia. Em sua incursão pela “geografia dos afetos pátrios”, sugere que o termo possuiria um aspecto paternal, o que pressuporia uma ancestralidade, sustentada e reproduzida pelo culto aos mortos, ritual que possuiria um caráter cívico, essencial para difundir o sentimento de pertença e unificação da comunidade.

Ao analisar a experiência grega, notadamente em Atenas, seguiu o percurso traçado por Hannah Arendt, desde a distinção aristotélica entre o nível político e as sociabilidades naturais, ressaltando a compreensão da vida cívica como o degrau superior da humanização, uma vez que, a participação nos negócios da *polis* significava a sobreposição das palavras e da persuasão sobre a força e a violência. Neste aspecto, a aldeia ou a família seriam incapazes de possibilitar a prossecução dos fins superiores do humano, sujeito dotado de razão e de palavra, de forma que “a sociedade humana só se distanciava do determinismo biológico mediante a participação dos que tinham cidadania nos negócios da *politeia*” (CATROGA, 2013, p. 11) e ainda que “a emergência da condição política do homem também significava a vitória, sempre provisória, da cultura contra a natureza” (CATROGA, 2013, p. 11).



Ao investigar a representação da *polis* como mãe, Catroga destaca que este apelo matricial visava, fundamentalmente, garantir a defesa do território e a propriedade da terra - assegurados pelos afetos íntimos e identitários mobilizados neste processo de projeção entre o habitante e a terra uterina. A compreensão da pátria como terra dos pais a “metaforiza como um corpo moral, mística e misticamente feminizado” (CATROGA, 2013, p. 11), conforme a exortação de Cícero à fidelidade à mãe pátria e sua admoestação acerca do não cumprimento do dever patriótico. Neste incursão, a pátria como mátria transsubstanciava seus filhos em uma *fátia* de *com-patriotas* que, ao se reconhecerem como filhos, seriam incitados a morrerem juntos pela mãe de todos – ideia que se impõe como herança e como dever de transmissão, como um destino ou, mesmo, uma vocação.

Ressalta que esta narrativa, ao conferir uma memória à pátria, a temporaliza, ao mesmo tempo em que a territorializa, no desenho das apropriações afetivas de seu espaço, em que este é transformado em paisagem – noção desenvolvida ao longo de sua obra, a partir do romantismo e de pensadores como Ortega y Gasset. Catroga chama a atenção para o fato de que, se o afeiçoamento pátrio exige, por um lado, um tempo e um espaço concretos, por outro, ele sobrevive, mesmo em quadros de desterritorialização, conforme se verifica nas experiências contemporâneas. Afirma, ainda, que Edgar Morin teria captado bem algo que é essencial ao sentimento pátrio, a saber, o fato de possuir uma forte componente psicoafetiva, que poderia ser definida como matripatriótica (mãe-pátria feminina, que seus filhos devem amar e proteger) e paterno-viril (enquanto autoridade justificada, imperativa, que chama às armas e ao dever).

Pontua-se, aqui, a não identificação entre os termos pátria, nação e Estado, sendo o poder deste último algo passível de ser exercido sobre as várias pátrias e, até mesmo, sobre as várias nações – o que denotaria sua capacidade de unificar e consensualizar sentimentos. As análises a respeito das diferenciações entre as acepções de pátria e de nação apontam para o fato de a pátria ser ôntica, lógica e cronologicamente anterior à nação. Entre os afetos pátrios e a racionalidade do Estado, Catroga destaca que coube à nação realizar a ponte entre os dois termos.

Em suas palavras, somente o calor do patriotismo seria capaz de realizar o enraizamento do Estado-Nação, mais burocrático e homogeneizador, de tal forma que, todas as revoluções empreendidas entre os séculos XVIII e XIX, se pretendiam refundar a nação, o fizeram em nome do patriotismo. Ao perscrutar os sentidos que a ideia de nação adquiriu ao longo da história, evidenciou-se, especialmente, a identificação deste a grupos étnico-culturais e linguísticos,



nomeadamente entre os judeus durante a Idade Média, conhecidos como povo de nação. O conceito também teria servido para critérios de distinção interna nas ordens de cavalaria, mosteiros, concílios e ligas comerciais – sendo associado, desde o início, à delimitação negativa entre o próprio e o estrangeiro, conforme Habermas teria observado.

A partir da modernidade, a nação passaria a exigir um território e uma população, para se afirmar como um “nós”, sendo este o momento em que se verificaria a narrativa desta como um onipresente sujeito coletivo que, “no tempo, realiza um destino sacral ditado pelas origens” (CATROGA, 2013, p. 17); onde se percebe a marca dos mitos estruturantes das identidades nacionais, reivindicando uma memória (como legado) e o cumprimento de um desígnio.

Nesta incursão, o ideal de patriotismo seria aquele que alentou, ideologicamente, o movimento que alicerçou a ideia de nação política e de Estado moderno, sendo este último o responsável, não raro, por promover um patriotismo nacional, com vistas a transformar os indivíduos em cidadãos, de forma a demarcar os nacionais e os estrangeiros. Neste aspecto, chama a atenção o fato, bem observado por Anthony Smith, de que os modernos movimentos de independência nacionais tenham evocado, em seus discursos legitimadores, a existência de uma pátria sacralizada, anterior ao Estado. O sacrifício de si, em prol de uma causa, seria mais facilmente mobilizado pelo patriotismo e os sentimentos a que este arrasta, afinal, dificilmente se encontraria alguém que estivesse disposto a dar a vida pelo Estado.

Em síntese: ainda que irmanadas com a ideia de nação e, em menor grau, com a de Estado, foram as ideias de pátria e de patriotismo que desempenharam o papel nuclear no que respeita à mobilização de fidelidades grupais e mais coletivas, função bem expressa, desde a Antiguidade, tanto nas ações de resistência aos poderes tirânicos, despóticos ou usurpadores, como nas sublevações antinapoleônicas, nas revoluções de cunho liberal e republicano e nos movimentos anticoloniais nos séculos XVIII e XIX (CATROGA, 2013, p. 20).

A história dos conceitos destacaria que, durante a Revolução Francesa, o termo patriota teria adquirido o sentido de uma verdadeira obsessão, vinculado à noção de fidelidade, calcado na ordem da natureza, englobando um aspecto regional com dimensão patrimonial; sentimento que alimentaria o desejo por autonomia, estruturante deste acontecimento histórico (HAROCHE, 2002).

Quanto ao vocábulo patriotismo, este teria adquirido sentidos distintos e sido apropriado por ideologias, igualmente distintas e, não raro, antagônicas. Em sua função de criar identidades, demarcar as diferenças e prometer destinos históricos, o patriotismo possuiria um aspecto mais abrangente e mobilizador, de tal forma que não se poderia pensar a nação sem este aspecto



acolhedor que a pátria proporciona (DÉLOYE, 2002). A intensificação das lutas entre os Estados-nação, entretanto, teria ampliado e acelerado a nacionalização das massas, objetivando um consenso interno e, fundamentalmente a mobilização para a guerra, sendo este “o período em que o nacionalismo absorveu o patriotismo” (CATROGA, 2013, p. 29). De tal forma que, para muitos, a Primeira Guerra Mundial seria a última guerra das pátrias, o que teria impulsionado a grande onda nacionalista da primeira metade do século XX.

Foi, neste ínterim, que os movimentos de independência nacionais, ocorridos a partir de 1945, mobilizaram um investimento no sentido de radicar um patriotismo nacional, com vistas a postular uma identidade autônoma, (apesar das fronteiras traçadas pelo colonizador), mediante a invenção de uma religião civil. Termo caro à esta investigação, especialmente pela capacidade de a religião civil conter determinados elementos comuns às demais, notadamente a sacralização dos mitos de origem e seus heróis, disseminando novos símbolos e novos ritos.

Catroga assinalaria ainda, que os termos nação e Estado, ou melhor, anterioridade desta em relação este, teriam se ajustado à legitimação do imperialismo e à fundamentação do direito que o mais forte teria para conquistar o espaço vital, como algo necessário ao desenvolvimento de suas autoproclamadas capacidades civilizadoras superiores. Observar-se-ia um privilégio das teses raciais como determinantes para o caráter das nações, cujas consequências seriam, desde 1871, profundamente danosas. Cumpre mencionar que as ideias de patriotismo foram usadas para dar força a projetos autoritários e nacionalistas e, nomeadamente na Alemanha do entre-guerras, ou mesmo no Brasil, identificamos um expressivo número de intelectuais comprometidos com a disseminação destas agendas, mormente alguns historiadores.

Ainda na esteira destas questões, faremos uma digressão sobre a obra de Gustavo Barroso, pensador brasileiro que veiculou, nas diversas atividades que empreendeu, um olhar sobre o nacional, com contornos patrióticos. Durante seu tempo de vida (1888-1959) e, particularmente, na época em que realizou suas produções letradas, Barroso foi o intelectual³ dedicado ao estudo da

³ François Sirinelli aponta o caráter polissêmico da noção de intelectual e o aspecto polimorfo do meio dos intelectuais. O autor sugere duas acepções do intelectual: “uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os ‘mediadores’ culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou ‘mediadores’ em potencial, e ainda outras categorias de ‘receptores’ da cultura”. (SIRINELLI, 2003, p. 242).



história militar brasileira. Esta orientou, inclusive, sua prática museológica, empreendida ao longo do período em que foi diretor do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro.

Sob sua orientação, o MHN foi dividido em duas seções: uma dedicada à história do Brasil e outra à numismática. A vintena de salas da primeira seção, a mais visitada, levava o nome das grandes personagens da história nacional, segundo Barroso: dom João VI, dom Pedro I, dom Pedro II, Deodoro da Fonseca (a República), os militares Tamandaré (Marinha) e Caxias (Guerra do Paraguai) (ABREU, 1996). Inaugurado no Arsenal da Marinha, o MHN devia ser o relicário dos conflitos em que os soldados brasileiros haviam alcançado distinção: nos pátios, escadarias e vitrinas do museu viam-se canhões holandeses, troféus diversos da Guerra do Paraguai, retratos e objetos pessoais do duque de Caxias ou do General Osório (MAGALHÃES, 2010).

A consagração da história militar do Brasil ocorreu, especialmente, por intermédio da escrita de biografias de alguns de seus protagonistas: Osório, Caxias, Tamandaré - elaboradas entre 1920 e 1940. Além dessa marca autoral, cumpre mencionar, a que mais foi sublinhada pela memória dos pósteros diz respeito à sua trajetória política, demarcada por uma admiração pelo Nazismo alemão. A difusão de um caráter bélico da história nacional ocorreu de forma concomitante à produção integralista⁴, onde identificamos, também, obras voltadas para a investigação do Folclore Nacional. As teorias antisemitas, divulgadas em seus escritos, são consideradas as principais razões para um lento, mas decisivo ostracismo vivenciado pelo autor ainda em vida, e que se mantém, de certa forma, até os dias atuais. Ao longo de sua trajetória, Barroso participou ativamente dos círculos de sociabilidade intelectual que marcaram os ritmos da missão de redescobrir o Brasil, decantada por homens de letras e de ciências, a partir, notoriamente, de 1930.

Embora nossa análise se concentre nas obras elaboradas por Barroso ao final dos anos Vinte e na década seguinte, consideramos que as questões que orientaram sua “operação historiográfica” estão, em grande medida, relacionadas às ideias que mobilizaram a intelectualidade

⁴ A Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento político de caráter fascista, fundada em 1932, foi um dos principais atores sociais no contexto da modernidade brasileira nos anos 30. A sua relevância está no fato de ter sido o primeiro partido de massas do Brasil, com cerca de 500.000 adeptos, e de seu discurso e sua proposta de organização do Estado e da sociedade terem atingido simpatizantes em vários grupos sociais. São muitos os estudos sobre a AIB, englobando os clássicos (como os trabalhos de Héglio Trindade, Ricardo Benzaquen de Araújo, Marcos Chor Maio, entre outros) até os mais recentes, com vários novos pesquisadores debruçados sobre as diversidades regionais e locais do fenômeno em questão (CRUZ, 2011).



brasileira no imediato pós-guerra. No período anterior ao conflito⁵ havia um forte sentimento de otimismo em relação ao futuro, o que foi colocado em xeque pela experiência da guerra, que assinalou os limites dessas promessas de progresso infinito. A crítica à modernidade foi acompanhada por uma sensação de desencanto frente, em muitos casos, a um mundo em ruínas, promovendo questionamentos acerca dos limites e das possibilidades do moderno.

A experiência do conflito, assim como as reconfigurações oriundas de seu término, evidenciou a distância que separava o Brasil das nações industrializadas e incutiu o temor a respeito de nossa capacidade para manter a unidade e independência nacionais. Mais do que exaltar a beleza natural e as potencialidades da terra, passou-se a “advogar a necessidade urgente de conhecer, explorar, administrar e defender o território” (DE LUCA, 2003, p. 40). Por um viés ufanista, insuflava-se o orgulho nacional pela imensidão do território, cujas proporções fomentavam a imaginação, todavia, assegurar a sua posse constituía uma dificuldade.

O Exército, instituição capaz de garantir a manutenção das fronteiras, foi revestido por um novo simbolismo que visava, fundamentalmente, promover o reconhecimento de suas atividades (CASTRO, 2012). Empreendeu-se uma campanha em prol do Serviço Militar obrigatório⁶, percebido não apenas pelo ângulo defensivo, mas antes como uma escola de civismo que objetivava

⁵ Lúcia Lippi Oliveira, ao investigar o pensamento nacional brasileiro nas primeiras décadas do século XX, pontua que os ideólogos brasileiros foram influenciados pelas discussões que se travaram na Europa, especialmente na França, o que os situa como receptores de ideias, mais que difusores. Segundo Oliveira, em diversos pontos do país, jovens intelectuais sofriam a influência dos livros franceses de Littré, de Quinet, de Taine ou de Renan, inspirados, também, pelo pensamento alemão e pelo inglês. Destaca que Capistrano de Abreu e Araripe Júnior, originários de um grupo literário no Ceará, figuram entre esses leitores. Maria Stella Bresciani analisa a importância de Hypollite Taine no pensamento de Oliveira Vianna e salienta as afinidades de posições políticas que podem ser estabelecidas entre os dois autores. A autora considera que um aspecto partilhado por ambos, no que se refere à posição teórica, seria a premissa da isenção da ciência e a objetividade da análise dos fatos sociais, quando guiados pelo denominavam método de observação não apriorístico: “Existia certamente um forte vínculo unindo Oliveira Vianna a Taine, evidente nas inúmeras e estratégicas citações do autor francês pelo pesquisador brasileiro, não só relativas a considerações históricas, mas também e principalmente, quanto aos pressupostos de análise” (BRESCIANI, 2005, p. 177). Carlos Eduardo Ornelas Berriel ressalta a influência de Ernest Renan sobre a vida ideológica brasileira, o que poderia ser observado, especialmente, na obra de Joaquim Nabuco, autor que dedica um capítulo inteiro de seu livro, *Minha Formação*, a esse autor. Segundo Berriel, os valores que permearam as obras de Visconde de Taunay, Eduardo Prado e tantos mais possuem uma acentuada marca renaniana. Embora os intelectuais brasileiros possam ser considerados, em sua maioria, como receptores de ideias europeias, é premente mencionar que as concepções estrangeiras passaram por um processo de adaptação nos trópicos, de maneira que eles não podem ser percebidos como leitores passivos dessas ideias que afetavam tão de perto o Brasil.

⁶ A Escola Superior de Guerra, acompanhando o cenário, divulgou a Doutrina de Segurança Nacional. Em uma época impregnada pelo espírito bélico, o serviço militar obrigatório, defendido com ardor por Bilac, passou a ser apontado como uma solução eficiente não apenas para afastar qualquer ameaça à nossa soberania mas, sobretudo, como fator de efetiva unificação nacional e fonte de regeneração física, moral e cívica da população. Ao exército atribuía-se a capacidade de solucionar todos os problemas da nação (CASTRO, 2012).



resolver os problemas de uma nacionalidade inconclusa. Tornava-se premente que os brasileiros se assenhorassem efetivamente de seu país, o que incluía, sobretudo, o conhecimento acerca de seu passado. Afinal, se o futuro poderia ser contemplado como um horizonte aberto, faltava ao Brasil, na visão de muitos intelectuais, o passado glorioso, raiz desse tempo vindouro.

Tornava-se necessário, pois, criar esse passado. Barroso intentou, por meio de sua obra historiográfica, narrar a epopeia de construção da nação, privilegiando certos indivíduos e eventos em um trabalho de consagração. Identifica-se em sua obra a ideia de que a terra, mais que uma dádiva, deve ser concebida como o resultado de um esforço coletivo, conscientemente realizado pelos antepassados, de forma a garantir a posse do território. O trabalho de reordenação do tempo envolveu a exaltação dos protagonistas da história, personalidades capazes de promover a confiança nos destinos da nação, assim como afirmar a excelência de um povo aguerrido, que soube defender o seu patrimônio.

A nação, em uma concepção orgânica, teria sido gestada em um longo processo que envolvia o alargamento de suas fronteiras, fruto das campanhas militares empreendidas, prioritariamente, durante o Segundo Reinado. A produção do espaço nacional, por esta perspectiva, forneceria a moldura capaz de reenquadrar o passado, atribuindo-lhe um tom épico e, ao mesmo tempo, extirpando-lhe tensões e ambiguidades que inviabilizavam a sua utilização na construção da identidade (DE LUCCA, 2003). O pretérito, reabilitado, não poderia ser responsabilizado pelas chagas do presente, sendo, portanto, necessário representá-lo sob uma lente patriótica. Afinal: “Para as elites políticas e intelectuais da Federação da década de 1920, a questão não era mais, como nos tempos dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, escrever a história do Brasil, e sim disseminar entre o povo o germe da consciência nacional” (ENDERS, 2014, p. 357).

Desta feita, a história, enquanto conhecimento disciplinar, fora percebida como um instrumento essencial na constituição da identidade nacional, contudo, a discussão sobre como ela deveria ser escrita e, especialmente sobre que sujeitos deveriam protagonizá-la, colocava a questão sobre os indivíduos que, de fato, teriam construído a nação. Na busca pelo desenho das singularidades nacionais, buscou-se identificar aquilo que particularizava nossa cultura, o que fora, mais à frente, denominado de brasilidade (GONTIJO, 2007).

Nesses termos, as narrativas de vida foram inseridas entre os elementos capazes de promover o traçado da comunidade brasileira e de inserir, no concerto das nações civilizadas, a



nação brasileira. Processo este que envolvia, em uma dimensão mais ampla, a renovação das letras nacionais, debate caro às décadas de 1930 e 1940, e, nesse ínterim, o biográfico passou a figurar como gênero de destaque: “a biografia, desde que humanizasse seus protagonistas, seria uma estratégia, de primordial importância, entre as iniciativas de renovar a escrita da história nacional”. (GONÇALVES, 2010, p. 128).

Ao narrar a trajetória dos combatentes do passado - como agiram e como viveram - Barroso almejava transformar os leitores em espectadores ou “testemunhas”, oferecendo-lhes uma experiência do passado. Os indivíduos que se distinguiram pela honra foram, mediante o relato do autor, transformados em heróis, cuja função passava a ser, essencialmente, personificar a nação. (ENDERS, 2014). Havia uma ambição pedagógica, pois o que se acompanhava, por meio destes relatos, não era a evolução do caráter do herói, mas antes a maneira como suas virtudes eram postas à prova em diferentes momentos: “fez com estas palavras o resumo de sua grande vida: coragem tranqüila, independência sem orgulho, a pátria acima de tudo e a constância no sacrifício”. (BARROSO, 1932, p. 198).

Para Barroso interessava a singularidade do percurso individual e, fundamentalmente a exemplificação da eficácia de uma virtude, presente no herói nacional, e os desastres resultantes de determinado vício, encontrados na figura do “anti-herói” das nações vizinhas: “A degola e o fuzilamento não lhe eram bastantes para acabar de reduzir aquela sociedade à expressão mais simples [Rosas]. Lançou mão de outros meios, dos piores. Foram-se lhe todos os escrúpulos. E praticou atos inomináveis” (BARROSO, 1929, p. 19).

Ao falar sobre os indivíduos do passado, Barroso narra o seu próprio tempo, como bem argumentou François Dosse: “dada época cria seus heróis e lhes atribui, quer sejam de uma época distante, próxima ou atual, seus próprios valores. O herói cristaliza em si uma simbolização coletiva” (DOSSE, 2009, p. 152). A saída de si em direção ao outro - o passado histórico ou a própria realidade histórico-social - se apresentava como um caminho possível para o diagnóstico destes males que afligiam a nação e, em grande medida, representava a possibilidade de reordenamento do tempo, capaz de promover a confiança no futuro.

História Militar do Brasil, publicação de 1938, desenvolve uma análise sobre a gênese da nação, associando esta aos embates travados entre o Brasil e seus vizinhos, de forma que a identidade nacional está expressamente definida por oposição ao estrangeiro. Sobressai, igualmente,



a compreensão do território como sagrado, identificado como o *corpo* da nação, onde a ideia de fronteira assume uma função capital, tanto como referência do espaço onde a nação se desenvolve, quanto como algo que exige defesa. Pontua-se, aqui, a íntima associação entre a mobilização para a guerra e a formação da nação - assim como sua continuidade ao longo da história - de tal forma que o povo é apresentado como aquele que se configura nos embates que empreende, notadamente formado na constância do sacrifício.

Ao ataque imprevisto, todo o Brasil se moveu como um só homem. Nos campos de batalha, reuniram-se os brasileiros de todas as procedências. A Nação inteira comungou do mesmo sangue derramado. Entremearam-se e conheceram-se, amaram-se e juntos se sacrificaram todos os descendentes dos antigos bandeirantes esparsos no imenso corpo da pátria. Foi, portanto, essa guerra o último episódio da grande epopeia escrita por todos os quadrantes da terra brasileira pelos nossos antepassados (BARROSO, 1938, p. 217).

Os termos pátria e nação são empregados ao longo da narrativa sem que, contudo, exista uma diferenciação entre o emprego de um ou de outro, de tal forma que, à primeira vista, torna-se difícil mapear seus contornos. Por uma outra via, pode-se perceber a recorrência à noção de pátria como terra do país, em seu aspecto familiar e hereditário, profundamente evidente como aquela que comunga de um mesmo sangue, de uma mesma origem e destino.

Há, sobretudo, a divulgação de um patriotismo acentuadamente viril, de forma que a pátria é apresentada como aquela que convida às armas e reclama o sacrifício; conceituado como algo que reúne e move a pátria: “a vitória sobre o Paraguai plasmou definitivamente num só corpo e numa só alma a Nação Brasileira” (BARROSO, 1938, p. 228). Mais que a comunhão carnal, a guerra dotaria a nação de um aspecto espiritual, algo que promoveria a comunhão de sentidos e a compreensão de um destino transcendente: “sendo o homem a continuidade moral e física de seus pais, a nação é a continuidade física e moral das gerações unidas pela experiência e pela sucessão dos fatos através dos séculos” (BARROSO, 1938, p. 123).

A transubstanciação dos filhos da nação em uma sociedade de compatriotas está assegurada pelo recurso ao passado, como aquele que dota a nação de uma substância que, ao mesmo tempo que a particulariza, também confere uma orientação.

Estava finda a guerra. O Brasil Imperial varrera do Prata seu derradeiro caudilho de grande vulto. Essa obra demandara grandes sacrifícios, mas plasmou numa só alma os brasileiros de todas as Províncias. [...] A força, porém, dessa coesão dum grande povo continua latente. E' preciso despertá-la para novos prodígios! (BARROSO, 1938, p. 346).

Se a guerra congrega o povo e confere a dimensão de sua força, ela também assinala certo dever de transmissibilidade, onde impera a necessidade de mobilização para novas



realizações, marcada por certo armamento psicológico: “foi, portanto, essa guerra o último episódio de grande epopéia escrita por todos os quadrantes da terra brasileira pelos nossos antepassados” (BARROSO, 1938, p. 217). A história nacional, tal como é veiculada na obra de Gustavo Barroso, seria a responsável pela difusão deste sentimento de pertença, expresso na busca por traçar os contornos da particularidade nacional, assim como por reforçar os laços de comunhão de sentido.

Em outros termos, esta narrativa privilegiaria origem e herança, em um trabalho de memória que enlaçaria, retrospectivamente, vivos e mortos, em uma cadeia de solidariedade. Neste aspecto, torna-se importante recorrer às admoestações feitas por Fernando Catroga, acerca do nacionalismo e patriotismo, quando afirma ser um erro fundir ambos os conceitos, tendo em vista que possuem origens e significados semânticos distintos. Embora, desde meados do século XIX, o nacionalismo tenha se apresentado como um gerador do patriotismo comum, com o intento de absorver o seu calor e o pôr a serviço da política de nacionalização das massas.

A hipótese é de Barroso não tenha feito uso destes termos como sinônimos, mas antes, de que empregou a noção de pátria por compreender seu maior alcance afetivo e, desta forma, mobilizar o sentimento, neste projeto que assumia, claramente, o intento de promover um armamento psicológico, em um momento marcado por certa instabilidade política. O patriotismo seria, em Barroso, algo a alentar o nacionalismo, devido a sua capacidade de englobar o sentimento natalício e a fidelidade a uma terra e a um povo identificado por uma herança comum. Devido à forte carga afetiva que o patriotismo engendraria, calcada nas relações de ancestralidade (com certa aura de sacralidade), seria mais eficaz no processo de levar os indivíduos a aceitarem os imperativos de uma doação que levaria, em última instância, ao sacrifício da própria vida.

Considerações Finais

Nos limites deste trabalho, espera-se ter explorado, ainda que timidamente, algumas das interpretações sobre os termos nacionalismo e patriotismo, em diálogo com as ideias veiculadas por Gustavo Barroso, especialmente em sua obra *História Militar do Brasil*. Dentre as diferentes formas de representação do passado, Barroso optou pela escrita da história militar como história do Brasil, de forma a enaltecer o caráter belicista do passado, onde o patriotismo, não raro apresentado como sinônimo de nacionalismo, parecia mais adequado para mobilizar uma projeção afetiva, necessária neste processo que era de transposição de ideias e, sobretudo, de uma proposta de ritualização do



poder e do tempo; práticas reiterativas cruciais para a reprodução no tempo de uma cultura política nacionalista.

Referências

ABREU, R. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996.

BARROSO, G. **A Guerra do Rosas**: contos e episódios relativos à campanha do Uruguai e da Argentina – (1851-1852). São Paulo: Cia Editora Nacional. 1929.

BARROSO, G. **História militar do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

BRESCIANI, M. S. M. **O charme da ciência e a sedução da objetividade**: Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

CASTRO, Celso. **Exército e nação**: estudos sobre a história do exército brasileiro. RJ: FGV, 2012.

CATROGA, F. **A geografia dos afectos pátrios**: as reformas político-administrativas (sécs. XIX-XX). Coimbra: Almedina, 2013.

COUTO, Mia. **Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CRUZ, N. dos R. O diálogo entre o moderno e o antimoderno no discurso da Ação Integralista Brasileira. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 196-214, jul./dez. 2011.

DE LUCA, T. R. **A revista do Brasil**: um diagnóstico para a (n)ação. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DÉLOYE, Y. A nação entre identidade e alteridade: fragmentos da identidade nacional. In: BRESCIANI, M. S.; BREPOHL, M.; SEIXAS, J. **Razão e paixão na política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

DOSSE, F. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2009.

DUTRA, R. de F. História e Culturas Políticas Definições, usos, genealogias. **Varia História**, n. 28 dez. 2002.

ENDERS, A. **Os vultos da nação**: fábrica de heróis e formação dos brasileiros. Rio Janeiro: FGV, 2014.

GONÇALVES, M. **Em terreno movediço**: história e memória em Octávio Tarquínio de Souza. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

GONTIJO, R. Manoel Bomfim, ‘pensador da história’ na primeira república. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, n. 45, p. 129-154, 2003.

HAROCHE, Claudine. O que é o povo? Os sentimentos coletivos e o patriotismo do final do século XIX. In: BRESCIANI, M. S.; BREPOHL, M.; SEIXAS, J. **Razão e paixão na política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.



MAGALHAES, A. M. **Troféus da guerra perdida...** 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MOTTA, R. P. S. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas políticas na história: novos estudos.** Belo Horizonte: Editora Argumentum, 2009.

SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política.** 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.